

A DIALÉTICA DA SUBJETIVIDADE VERSUS OBJETIVIDADE DESVELANDO O MOVIMENTO DE SE TORNAR PROFESSOR*

Terezinha Gomes da Silva¹
Maria Vilani Cosme de Carvalho²

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de constituição do ser e fazer-se professor. Nesse sentido, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, buscando apoio especialmente nas contribuições de Vigotski (1996, 1999, 2000), Leontiev (1978), Wallon (1979) e Lane (1995, 2002), entre outros, para concluirmos que o homem é resultado de uma articulação dialética entre o social e o individual. Essa compreensão de homem nos permite entender a identidade docente como também uma construção social, ou seja, o movimento de se tornar professor envolve múltiplas determinações. Isto significa que o professor vai construindo e reconstruindo, significando e ressignificando a sua profissionalidade por meio das interações que desenvolve no decurso de sua história de vida e no desenvolvimento de sua ação profissional.

Palavras-chave: Profissionalidade docente. Identidade docente. Subjetividade.

Abstract

The present article has as objective to reflect on the process of constitution of being and becoming a teacher. In this sense, we have developed bibliographical research looking for support specially in the contributions of Vigotski (1996, 1999, 2000), Leontiev (1978), Wallon (1979) and Lane (1995, 2002), among others, to conclude that the man is the result of a dialectic articulation between the social and the individual. This understanding of man allows us to understand the teaching identity as a social construction, in other words, the movement of becoming a teacher involves multiple determinations. It means that the teacher keeps on building and rebuilding, meaning and re/meaning its professionalism through the interactions that develop in the trajectory of its history of life and in the development of its professional action.

Keywords: teacher education, teaching identity e subjectivity

Cruzando Olhares

A compreensão do homem como ser ativo, agente de mudanças históricas, sociais e culturais, síntese de uma singularidade e de uma universalidade, redirecionou o olhar sobre os fenômenos sociais, notadamente, os educativos. Estudos como os de Freitas (2002) e de Bock, Gonçalves e Furtado (2002), entre outros, apontam a perspectiva sócio-histórica como um referencial que ofe-

rece alternativas para compreendermos esses fenômenos, especialmente por explicar como ocorre a interação homem/mundo e, nesse contexto, a relação entre sujeitos e entre sujeito e objeto na construção do conhecimento.

De acordo com Freitas (2002), a perspectiva sócio-histórica, ao propor a superação dos reducionismos de concepções que privilegiavam ora a mente e os aspectos internos (idealismo), ora o comportamento externo

* Artigo recebido em agosto de 2006.

* Aceito em novembro de 2006.

¹ Mestranda em Educação da UFPI.

² Doutora em Educação (PUC-SP) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI.

(empirismo), cria uma nova psicologia que possibilita refletir sobre o indivíduo em sua totalidade, compreendendo-o como articulação dialética dos aspectos externos com os internos e considerando a relação do sujeito com a sociedade a qual pertence. O diferencial dessa abordagem está, assim, em converter-se num método que possibilita estudar o homem como unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, membro da espécie humana e participante do processo histórico.

Adotar esse referencial para os estudos de uma categoria profissional como a dos professores, por exemplo, implica, portanto, reconhecê-los como sujeitos históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura, criadores de idéias e consciência e que, ao produzirem e reproduzirem a realidade social são, ao mesmo tempo, produzidos por ela. Entretanto, historicamente, este não tem sido o olhar direcionado aos professores e à prática docente. De acordo com Gonçalves (1996), a literatura relativa à prática docente mostra a influência dos reducionismos, anteriormente referidos, também nesta área.

Assim é que ora a prática docente é vista sob o olhar empirista, e a ênfase é dada a fatores externos ao professor, condições estruturais, como instituição escolar, políticas de estado, condições salariais, contexto em que as escolas se situam e outros; ora o que predomina é o olhar idealista, com os aspectos internos como determinantes na construção da realidade educativa, enfocando, principalmente, questões referentes à carreira docente, a partir de uma visão idealizada de professor. Estas reflexões centram-se mais na análise das características que deveria reunir o “bom professor”, do que na análise do movimento cotidiano em que os professores produzem sua prática e são produzidos por ela.

Esse olhar dicotômico colocou os professores em segundo plano nas políticas educacionais, não sendo considerados como personagens determinantes da dinâmica

educativa, nem como participantes da produção do seu próprio fazer. Contribuiu também para a construção de uma imagem distorcida do professor, na qual os professores não se reconheciam, configurando, assim, uma crise de identidade.

Pesquisas como as de Gatti (1996), Gonçalves (1996), Basso (1998), Moura (2003), Marin (2003) e Carvalho (2004a), fundamentadas no referencial sócio-histórico e cultural, redirecionam o foco do olhar sobre a prática docente, rompendo com os modelos que lidam de forma objetual ou abstrata com os professores, e abordam em suas pesquisas esses profissionais como seres sociais, concretos e plurais, que se fazem histórica e socialmente. Isso implica reconhecer a complexidade existente no ser e fazer-se professor, em direcionar o olhar para a prática pedagógica como contexto de aprofundamento teórico-metodológico, orientador da atividade docente e constituidor de identidade para os professores.

É essa compreensão que nos move na direção de querer compreender o movimento dialético de se fazer professor e suscita os seguintes questionamentos: Como o sujeito que construiu a qualidade de ser professor evolui nessa qualidade de ser professor? O que move o sujeito de um ponto a outro de sua formação? Como internalizamos os significados produzidos socialmente e construímos os sentidos pessoais no transcurso de nossa atividade prática?

Responder ao desafio de compreender o movimento de se tornar professor exige entendimento do trabalho docente na perspectiva de “unidade”, proposta por Basso (1998, p. 21), quando afirma que o trabalho docente “[...] concebido como unidade é considerado em sua totalidade que não se reduz à soma das partes, mas sim em suas relações essenciais, em seus elementos articulados, responsáveis pela sua natureza, sua produção e seu desenvolvimento.”

O trabalho docente compreendido dessa forma pressupõe, portanto, que na análise da atividade docente sejam examinadas as relações entre as condições subjetivas (a identidade do professor, por exemplo) e as condições objetivas (entendidas como as condições históricas, sociais e materiais dadas) para o desenvolvimento deste trabalho.

Entendemos com Nóvoa (1995a, 1995b) que existe uma articulação entre a dinâmica da vida do professor, a vida da escola e as condições externas, como contexto sociocultural, e que isso resulta em implicações na prática do professor. Nesse sentido, pode-se afirmar que “[...] o ensino é uma prática social, não só porque se concretiza na interação entre professores e alunos, mas também porque estes atores refletem a cultura e os contextos sociais a que pertencem.” (SACRISTÁN, 1996, p. 66).

Isso nos permite entender a identidade como a síntese das mediações sociais que o indivíduo desenvolve ao longo de sua existência, que se reflete no modo de ser e estar no mundo e se manifesta no pensar (consciência), no sentir (afeto) e no agir (atividade). Assim, a identidade tem relação direta com o desenvolvimento profissional dos professores, na medida em que afeta suas perspectivas perante sua formação e suas formas de atuação profissional.

Considerando que, conforme Ciampa (1994), a compreensão de identidade corresponde ao próprio processo de identificação, aquela não pode ser vista como algo imutável, pois evolui e muda em processos de continuidade e rupturas numa relação dialética, o que nos permite entender que estamos constantemente ressignificando nossas identidades.

Nosso exercício neste artigo será o de voltar o olhar ao movimento cotidiano em que os professores produzem sua prática e são também produzidos por ela. Para ampliar o nosso foco de visão, buscaremos o auxílio nas

lentes da dialética, especialmente nas contribuições de teóricos como Vigotski (1996, 2000), Leontiev (1978), Wallon (1979), Ciampa (1994), Lane (1995, 2002), Basso (1998) e Marin (2003) para desvelar a prática pedagógica como rede móvel e multifacetada de interações sociais que formaliza modos de sociabilidade, constrói identidades e que, portanto, nos possibilita compreender como nos tornamos professores.

Do Social do Individual: o movimento de se tornar humano

Tomar como base a compreensão de homem como unidade de corpo e mente, ser biológico e ser social, construção histórica e cultural, significa entender que o homem se torna humano ao mesmo tempo em que se socializa e se individualiza em um processo interativo com sua realidade social, histórica e cultural. O seu psiquismo é, assim, a totalidade dos processos psíquicos superiores e do comportamento social; portanto, objetividade e subjetividade. Esse psiquismo tem, nesse sentido, uma gênese social, posto que se originou, se desenvolveu e se transformou no decorrer da história da sociedade humana e conforme as relações sociais, históricas e culturais.

De acordo com a psicologia de Vigotski, o homem é resultado de dois processos diferentes do desenvolvimento psíquico, o processo de evolução biológica das espécies de animais, que levou ao surgimento do Homo Sapiens; e o processo de desenvolvimento histórico, por meio do qual este Homo Sapiens se realiza como ser social. O homem constitui-se, assim, na dinâmica do biológico e do social.

Essa compreensão do desenvolvimento psíquico nos possibilita entender o processo de construção do homem numa dupla evolução: no plano filogenético, a história da espécie humana; no plano ontogenético, a his-

tória pessoal e, nesse caso, a evolução da sociedade. É nesse sentido que Vigotski (2000b, p. 23) afirma ser o homem constituído a partir de “dois sentidos da história”. Assim, “[...] toda peculiaridade do psiquismo do homem está em que nele estão unidas (síntese) uma e outra história (evolução + história)”. É, portanto, da articulação de dois processos históricos que compreendemos o processo de constituição do homem.

A história do homem é, assim, a história do processo de transformação que vai da ordem da natureza à ordem da cultura. Entretanto, esclarece Sirgado (2000), esse processo evolutivo não ocorre na perspectiva da justaposição, mas, da superação. Isto quer dizer que é na articulação interativa que emergem as funções culturais, não significando que as funções biológicas desapareçam, mas que adquirem uma nova qualidade de existência.

Daí entendermos que não existe uma humanidade a priori, existe, sim, predisposições biológicas que, associadas a uma multiplicidade de determinações históricas, sociais e culturais, possibilitam ao homem as condições para construir sua própria natureza e tornar-se humano. Isso resulta de um longo processo de transformação que o homem opera na natureza e nele mesmo, como parte dessa natureza, o que faz do homem o “artífice de si mesmo”. (SIRGADO, 2000. p. 51).

Depreendemos, então, que o homem não nasce humano, mas torna-se humano por meio da interação dialética que se dá, desde o nascimento, entre o ser humano e o meio social, histórico e cultural no qual está inserido. Ou seja, as funções psicológicas superiores são resultado de determinações sociais construídas na interação homem-meio; percorrem, assim, o caminho do mundo externo ao interno.

Para Vigotski (2000b, p. 24), existe a predominância do social em relação ao biológico, e falar sobre processo externo significa falar sobre o social. Ou seja, dizer que “[...]

qualquer função psicológica superior foi externa, significa que ela foi social; antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas”.

Na mesma direção, Wallon (1979, p. 156) destaca que o meio social é uma circunstância necessária para a constituição do indivíduo. Com isso, defende que existe estreita relação entre as interações humanas e a constituição da pessoa. Para ele, o meio – físico e social – é um par essencial do orgânico, isto é, “o socius ou o outro é um parceiro perpétuo na vida do eu”. Entendemos com isso que as funções psicológicas têm um caráter de construção contínua num processo dinâmico e interativo. Nesse processo, o homem vai se apropriando do meio e este passa a fazer parte de sua constituição.

Vigotski (1996, p. 74) denominou “internalização” o processo de reconstrução interna de uma operação externa. Esse processo consiste numa série de transformações em que o indivíduo apreende para si aquilo que se encontra no mundo externo em forma de produções histórico-sociais e culturais. Assim, “[...] uma atividade externa é reconstruída e começa a ocorrer internamente. Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal.”

É por meio da internalização que ocorre a conversão do nível social ao nível individual. As funções superiores são, então, relações internalizadas de uma ordem social transferidas à ordem individual, estruturando, assim, a base da subjetividade. Ou seja, o indivíduo incorpora em seu mundo interior as produções históricas, sociais e culturais que estão exteriorizadas no mundo real. Do que podemos depreender que o homem é resultado do processo interativo com o meio. Meio este compreendido como contexto físico, social, histórico e cultural em que se inter-relacionam os homens. Carvalho (2004b) esclarece que o psiquismo humano é resultado também dos modos variados e complexos de

interação social que ocorrem nesse contexto, como a linguagem e a atividade, dentre outros.

Assim, ao analisarmos o processo de construção do ser humano – a gênese do seu psiquismo –, não podemos deixar de considerar os outros com os quais este homem se relaciona, as experiências vividas por ele e também as suas várias formas de agir no mundo. Pois é por meio destas interações que o homem incorpora a experiência histórico-social e, com isso, dá curso ao seu desenvolvimento ontogenético.

Esclarecendo melhor esta temática, Carvalho (2004b) ressalta que “[...] o homem é constituído não apenas pelos outros, mas também pelas experiências vividas e as suas várias formas de ação que levam à apropriação de significados e produção de sentidos”. Isso quer significar que existem vários modos de o homem interagir com o meio, e é nessa interação que ele vai se constituindo.

Modos de Interagir, Meios de se Construir

A interação homem-mundo social não ocorre de forma simples, passiva, nem direta; ao contrário, ela é complexa, interativa e mediada. Portanto, ao tratarmos dos modos de interação social, é preciso termos claro essas características.

Para Vigotski (1996), a mediação semiótica constitui, tanto na história da espécie quanto na história pessoal de cada indivíduo, o ponto de passagem do plano natural ao plano cultural. Nesse sentido, as funções psicológicas superiores caracterizam-se por serem operações indiretas que necessitam de um signo mediador.

Dentre os elementos mediadores da constituição do indivíduo, exerce papel de destaque a linguagem. Entendida com base em suas propriedades de comunicação e significação possui dupla função: de um lado, exerce o papel de instrumento criado pelos

homens para promover a comunicação entre eles e entre as gerações, permitindo o registro e a transmissão da produção cultural historicamente acumulada; de outro, exerce a função de mediação simbólica que permite ao homem desenvolver modos peculiares de pensamento só a ele possíveis.

Isto nos permite entender que a linguagem converte-se em instrumento de transformação do próprio homem ou, dito de outra forma, de constituição das formas caracteristicamente humanas. De acordo com Vigotski (1996), a linguagem tem importância fundamental no processo de constituição do sujeito, existindo uma indissociabilidade entre linguagem e consciência. A linguagem é entendida, assim, como veículo de constituição da consciência a partir do contexto das relações sociais.

A consciência, em seu âmbito particular, é constituída no contexto das relações de significação com o outro, tendo a linguagem como instrumento mediador. Ou seja, o processo de apropriação da significação é construído na relação com o outro. Nesse processo, o indivíduo transforma as funções interpsicológicas em funções intrapsíquicas. Vigotski (1996, p. 37) descreve assim esse processo:

No momento em que as crianças desenvolvem um método de comportamento para guiarem a si mesmas, o qual tinha sido usado previamente em relação a outra pessoa, e quando elas organizam sua própria atividade de acordo com uma forma social de comportamento, conseguem, com sucesso, impor a si mesmas uma atitude social. A história do processo de internalização da fala social é também a história da socialização do intelecto prático da criança.

A apropriação da linguagem ocorre num movimento que vai do social ao individual. Assim, se, a princípio, a fala do outro organi-

za a atividade da criança, posteriormente, essa apropriação configura um plano interno da fala, predominando nesse plano a operação com significados próprios. É a linguagem interna dirigindo-se para o próprio sujeito, constituindo a capacidade de autorregulação da conduta. A linguagem constitui um meio de interação social entre as pessoas, ocorrendo, nesse processo, o desenvolvimento das funções superiores, caracterizando, assim, uma forma especificamente humana de ser.

A atividade consiste em um outro modo de interação social. Pode ser entendida como a forma do homem agir no mundo, referindo-se às ações concretas dos seres humanos na realidade objetiva (por exemplo, o trabalho e, por que não dizer, a atividade docente). É, pois, um modo de interação social essencial na construção do psiquismo humano.

Para Ciampa (1994, p. 64), a atividade é a própria identidade, visto que “[...] é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo [...]”, o que significa que “[...] nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática.” Daí a importância de se compreender como ocorrem essas mediações no processo de constituição de humanidade.

Segundo Carvalho (2004b, p. 34), a “[...] atividade e a linguagem são os modos essenciais do homem interagir no mundo e, por conseguinte, construir, reconstruir, manifestar e explicar o seu psiquismo”. É, portanto, por meio da linguagem (como um dos instrumentos psicológicos) e dos instrumentos (sociais de trabalho) que o homem adquire a capacidade de criar o mundo da cultura e, nesse processo, transformar o meio e a si mesmo.

De acordo com Leontiev (1978), a construção do psiquismo ocorre no processo interativo com o meio e sob a ação mediadora dos instrumentos e dos signos. Para esse autor, é por meio do desenvolvimento do trabalho social que o homem se desenvolve, concretiza seu processo de

humanização; ou seja, a atividade produtiva possibilita ao homem formar e transformar qualitativamente sua atividade psíquica.

Vigotski (1996) considera o trabalho uma forma de interação social. Para ele, o uso de instrumentos materiais possibilita ao homem a interação com os outros indivíduos e a apropriação da experiência histórico-social. É também por meio do trabalho que o homem transforma a cultura e a si mesmo.

Essas contribuições levam-nos a entender que, no processo de constituição dos sujeitos, o uso de instrumentos e da linguagem tem importante contribuição. Essa relação pode ser mais bem explicitada nas palavras de Sirgado (2000, p. 58):

[...] com efeito a história do homem é a história de uma dupla transformação da natureza e do homem. Uma não ocorre sem a outra. Isto só é possível porque opera uma dupla mediação: a técnica e a semiótica. A mediação técnica permite ao homem dar nova forma à natureza da qual ele é parte integrante, é a mediação semiótica que lhe permite conferir a essa ‘forma nova’ uma significação.

Dessas contribuições podemos concluir que é na dinâmica interacional mediatizada pelos instrumentos materiais e pela linguagem, como instrumento psicológico, que se concretiza o processo de constituição do psiquismo humano. Ou seja, estes instrumentos articulados numa unidade dialética operam no movimento de socialização do indivíduo e da constituição de sua individualidade, sendo, portanto, responsáveis pela concretização da humanidade do homem.

Na constituição do psiquismo humano, a interação social ocupa posição central, o que nos confirma que o homem em sua base social envolve sempre o outro, ou seja, as relações que os indivíduos mantêm uns com os outros,

sobretudo os outros significativos, são responsáveis pela mediação e apropriação das significações socialmente produzidas.

De acordo com Vigotski (1996), as expressões da vida da criança adquirem significado para ela a partir da significação que os outros atribuem a essas expressões. Nesse processo, a linguagem é o mecanismo mediador que possibilita a conversão das relações interpessoais em função intrapessoal.

Embora o indivíduo seja constituído no social, o que ocorre no plano pessoal não é uma simples imitação do que ocorre no plano social; se assim fosse, teríamos uma sociedade homogênea, indivíduos idênticos. No entanto, o que temos é uma sociedade heterogênea, composta de pessoas singulares. Isto ocorre, segundo Sirgado (2000), porque, ao interiorizar a significação do outro da relação, o indivíduo está dando entrada na sua esfera íntima a esse outro.

Dentro da proposta de análise genética da psicologia sócio-histórica, este homem deve ser compreendido não só no plano filogenético, ontogenético e sociogenético, mas, também, microgenético. A microgênese refere-se à história relativamente de curto prazo da formação de cada processo psicológico específico; é também a configuração única que cada indivíduo dá às suas experiências vividas. Os processos microgenéticos caracterizam, assim, a emergência do psiquismo individual, numa articulação do biológico, do histórico e do cultural.

Dessas contribuições podemos depreender que é por meio da cultura e da interação social que aprendemos a pensar, ou seja, nos tornamos dotados de consciência; consciência que nos permite agir significativamente e também sentir. Construimos, assim, nossa especificidade humana. Esse processo ocorre continuamente numa dimensão interativa mediada especialmente pelo outro, tendo como mecanismo a linguagem.

Não podemos esquecer que o homem como totalidade envolve não só o pensar, o falar e o agir, ele é também sentimento. Portanto, compreendê-lo como ser psicológico completo implica considerar a sua base afetivo-volitiva. Wallon (1979) destaca o papel e o lugar da afetividade no processo de constituição do psiquismo e dá demonstração da contribuição das emoções no desenvolvimento humano. Na perspectiva defendida por esse teórico, a vida emocional está conectada a outros processos psicológicos e ao desenvolvimento da consciência, estabelecendo entre eles uma conexão dialética que constitui o psiquismo.

Para Wallon (1979), afetividade e inteligência constituem um par inseparável na evolução psíquica, pois, embora tenham funções bem diferenciadas entre si, são interdependentes em seu desenvolvimento. Assim é que, em sua teoria, defende a afetividade como possibilitadora à criança de atingir níveis de evolução cada vez mais elevados. Para ele, as emoções são uma importante forma de exteriorização da afetividade, que se constitui e evolui sob o impacto das condições sociais e das relações interpessoais.

Lane (1995) considera que as emoções estão para a afetividade, assim como na psicologia de Vigotski, a linguagem está para o pensamento. Enfatiza assim, o papel relevante da afetividade na constituição do nosso modo de ser social. Na perspectiva defendida por essa autora, o homem se identifica por meio da sua forma de pensar, pelo seu agir e também pelo seu modo de sentir: "Somos as atividades que desenvolvemos, somos a consciência que reflete o mundo e somos afetividade que ama e odeia este mundo, e com esta bagagem nos identificamos e somos identificados." (LANE, 1995, p. 62).

O homem é uma integralidade, faz-se necessário, portanto, contemplar a esfera afetiva na composição do seu psiquismo.

Este homem se constitui na mediação com os outros, o que significa que construímos, também nas interações, nossa forma de sentir. Em outras palavras, apreendemos nas interações sociais a pensar e a sentir, não só como homem, mas também como masculino, como feminino, como aluno, como professor. Com isso, podemos entender que a afetividade é um processo social na medida em que é mediada pelos significados constituídos no contexto cultural em que o sujeito se insere. Isso, no entanto, não nos concretiza de forma homogênea, conformando sujeitos idênticos, pois, cada sujeito reage, elabora e lida de modo singular com as mesmas determinações e influências sociais.

Leite (2005, p.14), tendo por base a teoria leontieviana, explicita melhor o caráter mediador das emoções no processo de constituição do homem. Para essa autora, é do enlace entre a esfera afetiva e a esfera cognitiva que se dá a composição da consciência. Compreendendo esta “[...] como a forma transformada das significações sócio-históricas em significados, que são reinterpretados pelo sentido pessoal no processo de apropriação”, a autora defende que por trás da relação entre as significações e os sentidos pessoais está o problema da unidade das esferas intelectuais e afetivo-emocionais.

A estrutura social objetiva, determinada historicamente, é responsável pela transmissão da realidade, mas o indivíduo, ao reconhecer essa realidade, sistematiza-a e ressignifica-a para si no curso de sua vida, levando em consideração os interesses pessoais, que são resultado de suas motivações afetivas, ou seja, “[...] as significações individualizam-se e se subjetivam através das mediações emocionais.” (LEITE, 2005, p. 47).

Não podemos deixar de esclarecer o caráter histórico-social da constituição da esfera afetiva do homem. Nessa perspectiva, compreendemos que as emoções, os sentimen-

tos e as manifestações afetivas não são dadas, mas emergem do próprio processo de individuação, construídas pelo sentido pessoal. Para Wallon (1979), as emoções, assim como as demais manifestações afetivas evoluem sob o impacto das condições sociais. Logo, é sob influência do meio social que o indivíduo aprende a sentir de uma determinada forma, ou seja, quem dá uma conotação valorativa às situações é o meio social, a cultura em que o indivíduo se insere.

Do que vimos tratando até aqui, podemos depreender que a individualidade emerge na imbricação dos diferentes modos de interação, o que significa dizer que os modos de interagir não ocorrem de forma isolada, mas simultânea e interdependente, um age em função do outro. Assim, linguagem, atividade, relações interpessoais e emoções estão se articulando constantemente na tarefa de construção da individualidade humana.

Do Significado Ao Sentido: O Movimento De Se Tornar Professor

Na perspectiva da construção social, histórica e cultural do psiquismo humano, compreendemos a identidade conforme o proposto por Ciampa (1994), isto é, como uma categoria da psicologia social que, aliada a outras como atividade e consciência, nos ajudam a entender quem somos, ou melhor, como nos tornamos quem somos.

De acordo com essa perspectiva teórica, a identidade se constitui no agir, isto é, no fazer (atividade) e no dizer (consciência) do indivíduo em relação com os outros. Compreendida dessa forma, a identidade nos possibilita desvelar o movimento de se tornar professor, pois, como afirma Carvalho (2004a, p.56),

[...] se nós somos nossas ações, nós nos fazemos pelo agir (fazer e dizer) e a prática, por exemplo, a

docente envolve uma pessoa (o professor) em seu fazer (atividade) e dizer (consciência), então desvelar a identidade de uma pessoa, pressupõe estudá-la em sua totalidade, mas em especial na sua atividade e consciência; não como coisas justapostas, mas como uma unidade que constitui a pessoa.

Isto significa que estudar a identidade como forma de desvelar o movimento de se tornar professor implica em compreendê-lo na sua dimensão de totalidade, que envolve o pensar, o agir e também o sentir. A identidade do professor é compreendida como produto de sucessivas socializações na interconexão entre fatores externos e internos, objetivos e subjetivos nos contextos específicos de suas histórias de vida.

Tendo como norte a compreensão da articulação dialética entre fatores objetivos e condições subjetivas na constituição da profissionalidade docente, Basso (1998, p. 23), ressalta a importância das condições subjetivas como provocadoras de mudança na prática dos professores e esclarece que, “[...] as condições subjetivas referem-se, fundamentalmente, à formação do professor que inclui a compreensão do significado de sua atividade”. Isto significa que a mudança na profissionalidade docente depende em grande parte de uma formação adequada do professor e do entendimento claro do significado e do sentido do seu trabalho.

Entendendo como Ciampa (1994, p. 74) que a identificação é processo que gera mudança, transformação ou, em suas palavras, “metamorfose”, construir a identidade docente implica colocar-se no movimento contínuo de construção da compreensão da atividade de educador.

Essa perspectiva leva-nos a entender que o processo de identificação do professor com a sua profissão tem uma relação direta com o desenvolvimento da consciência,

uma vez que, conforme a abordagem leontieviana, a consciência corresponde à forma transformada das significações histórico-sociais em significados, significados que são reinterpretados pelo sentido pessoal. De acordo com essa abordagem, é o processo de apropriação das significações que gera movimento, mudança.

Esclarecendo melhor esse processo, Leontiev (1978) destaca que a atividade humana constitui-se de um conjunto de ações. Entretanto, para que o homem se encarregue de sua função é necessário que suas ações estejam numa correlação para ele, é preciso que ele tenha consciência do sentido de suas ações.

Convém esclarecer que os significados são construções histórico-sociais, isto é, a significação é o reflexo da realidade que o homem já encontra pronta, elaborada historicamente, e se apropria dela; enquanto os sentidos são subjetivos e pessoais, formando-se pela conexão entre motivo e objeto da atividade.

No caso do professor, o significado de seu trabalho é formado pela finalidade da ação de ensinar, ou seja, o objeto do professor tem por finalidade fazer a mediação do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno. Este objeto encontra-se carregado de historicidade e impregnado de conhecimentos de outros sujeitos que, ao longo da história, emprestaram os seus valores aprendidos no meio cultural. Assim, o objeto do professor já está iniciado e em movimento.

Considerando que, para Leontiev (1978, p. 94), “[...] o reflexo consciente é psicologicamente caracterizado pela presença de uma relação interna específica, a relação entre sentido subjetivo e significação [...]”, é preciso descobrir o que motiva, o que incita o professor a realizar sua atividade; em outras palavras, qual o sentido desta atividade para o professor, já que, segundo Basso (1998, p. 27), “[...] o trabalho do professor será aliena-

do quando seu sentido não corresponder ao significado dado pelo conteúdo efetivo dessa atividade previsto socialmente, isto é, quando o sentido pessoal do trabalho separar-se de sua significação.”

A atividade pedagógica é, portanto, um conjunto de ações intencionais, conscientes, dirigidas para um fim específico. Essas ações precisam estar relacionadas entre si através do motivo que as direcionam, ou seja, o professor deve articular o sentido pessoal no desenvolvimento da responsabilidade de ensinar, como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados.

Isto nos leva a compreender que no movimento de se tornar professor estão articulados componentes tanto de ordem objetiva como de ordem subjetiva. Esta articulação é que determinará o modo de construir a sua profissionalidade, ou seja, a sua identidade.

Basso (1998) esclarece as bases objetivas da constituição da profissionalidade docente. Para essa autora, o motivo do professor não é totalmente subjetivo, ao contrário, tem suas bases ligadas às condições materiais ou objetivas, dependendo também das circunstâncias ou condições efetivas em que a atividade se desenvolve. Essas condições referem-se aos recursos físicos das escolas, aos materiais didáticos, trocas de experiências e jornada de trabalho.

As condições de formação do professor são, portanto, dadas pelas condições objetivas da escola que o forma: o quadro docente, as condições materiais, a organização do currículo e o projeto pedagógico. O que nos permite compreender que as mudanças nesses componentes, qualificando a instituição formadora, provocam mudança na qualidade do profissional que ela forma.

Entendemos, assim, que o movimento de se tornar professor depende das condições dos contextos em que essa formação se desenvolve. Logo, investir nos cursos de forma-

ção como meio de desenvolver nos futuros professores a compreensão do significado da profissão e a construção de saberes específicos da profissão seria uma forma objetiva de investimento em políticas de identificação.

Lembrando que o sentido é pessoal, o que confere uma singularidade ao indivíduo, traduzida nas suas crenças, nos seus valores, intenções, sentimentos, enfim, na sua identidade. São estes componentes que conferem ao professor um modo próprio de exercer a profissão, pois, conforme Nóvoa (1995b, p. 17), o processo identitário passa, também, pela capacidade de exercermos com autonomia a nossa atividade, pelo sentimento que controlamos o nosso trabalho. “A maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercemos o ensino. [...] É impossível separar o eu profissional do eu pessoal.”

Na perspectiva da indissociabilidade do eu pessoal e do eu profissional, a formação deve estimular a reflexão crítica e fornecer aos professores os meios de desenvolverem um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação. Isto significa que está em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas a construção de uma identidade que é também uma identidade profissional.

Portanto, para compreendermos o processo de construção do professor exige de nós um olhar para este profissional na sua multidimensionalidade, o que envolve os processos identificativos-formativos, os contextos históricos e culturais e as singularidades que envolvem cada professor em particular nos contextos das suas histórias de vida.

Considerações Finais

Podemos concluir que, assim como o homem é resultado de uma construção soci-

al, também o é o professor. Ou seja, não existe uma condição de ser professor inata ao indivíduo, o sujeito vai se fazendo professor a partir das ações que são desenvolvidas nesse sentido. Assim, os cursos de formação de professores e as escolas como espaço de práticas formativas têm grande responsabilidade para com o futuro professor e/ou professor no desenvolvimento da compreensão

do significado social de sua profissão. A compreensão efetiva deste significado se converterá em sentido para a atividade docente e é esse sentido que impulsiona, que dá movimento, que faz com que este profissional se desloque de um ponto de menor qualidade para um de maior qualidade, em busca da melhoria do seu ofício, isto é, de uma identidade autônoma.

Referências

- BASSO, I. S. Significado e sentido do trabalho docente. **Caderno Cedes**, Campinas, SP, Papirus, ano 19, n. 44, p. 19-32, abr. 1998.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2002.
- CARVALHO, M. V. C. de. **Histórias de ser e fazer-se educador**: desvelando a identidade do professor universitário e suas possibilidades emancipatórias. 2004. 229 f. Tese (Doutorado em Educação)—Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- _____. A construção histórica, social e cultural do psiquismo humano. In: LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de (Orgs) **Psicologia da educação: saberes e vivências**. Teresina: EDUEP, p. 15-43, 2004b.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 58-75.
- FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, jul. 2002.
- GATTI, B. A. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 85-90, ago. 1996.
- GONÇALVES, L. A. O. Trabalho docente e subjetividade: embate teórico e novas perspectivas. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, USP, v. 22, p. 43-71, jul./dez. 1996.
- LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In: _____; SAWAIA, B. (Org.). **Novas veredas da Psicologia social**. São Paulo: Brasiliense; EDUC, 1995. p. 55-63.
- _____. A dialética da subjetividade versus objetividade. In: FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. (Org.). **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 11-27.
- LEITE, I. **Emoções, sentimento e afetos**: uma reflexão sócio-histórica. Araraquara: Junqueira

& Marin Editores, 2005.

LEONTLEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.

MARIN, A. J. Formação de professores: novas identidades, consciência e subjetividade. In: TIBALLI, E. F. A.; CHAVES, S. M. (Org). **Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 57-73.

MOURA, M. O. O educador matemático na comunidade de formação. In: TIBALLI, E. F. A.; CHAVES, S. M. (Org). **Concepções e práticas em formação de professores: diferentes olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 129-145.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissionais docentes. In: _____ (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995a.

_____. Os professores e as histórias da sua vida. In: _____. **Vidas de professores**. Portugal: Porto Editora, 1995b.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 63-92.

SIRGADO, A. P. O. Social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação e Sociedade**: revista quadrimestral de Ciências da Educação e Sociedade (CEDES). Campinas, SP, ano 21, n. 71, jul. 2000.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. O manuscrito de 1929: temas sobre a constituição cultural do homem. **Revista Educação e Sociedade**, ano 21, n. 71, P. 20-44, jul. 2000.

WALLON, H. **Psicologia e educação da criança**. Lisboa: Ed. Vega. 1979.